

----- **ATA N.º 7/2012** -----

-----Aos 21 dias do mês de dezembro de 2012, pelas 20:30h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas. -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** começou por dar conhecimento de que por despacho datado de 27/9/2012, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, declarou a perda de mandato de Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques, enquanto membro da Assembleia Municipal de Celorico da Beira. Nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista, Senhor Rui Manuel Carvalho Fonseca. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta reunião os seguintes membros:** -----

- Rui Manuel Peão Casaca;-----
- Armando Jorge Gonçalves Almeida Neves;-----
- António Manuel dos Reis Álvaro;-----
- Carla Manuela Rodrigues Duarte Cruz; -----
- Vera Lúcia Proença Henriques;-----
- Luís Carlos Fernandes Santos;-----
- Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----
- António Rego Rodrigues Veloso;-----
- Isabel Cristina Lopes Andrade; -----
- Frederico Manuel Martins Sena;-----
- António José Achando da Fonseca;-----
- Rui Manuel Carvalho Fonseca;-----
- Júlio dos Santos Ambrósio;-----
- Horácio Monteiro Antunes;-----
- Ricardo Jorge Patrício Martins;-----
- Nuno Miguel Rodrigues Nascimento;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açores; -----
-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----
-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana; -----
-----Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro; ----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra; -----
-----Berta Isabel Pinheiro Bernardo, Secretária da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, em substituição do Senhor José Jorge da Silva; -----
-----Joaquim Fernando Costa Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----Fernando Cardoso Gonçalves, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em substituição do Senhor Paulo Sérgio da Silva Mimoso; -----
-----Andreia Filipa Monteiro da Fonseca, Secretária da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, em substituição do Senhor Daniel Cadete Antunes; -----
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Alfredo Maria Varandas, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Rapa, em substituição do Senhor António da Fonseca Ascensão;-----
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira;
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; -----
-----Sandra Cristina Correia Venâncio de Abreu, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria; -----

-----José Rocha Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro;-----

-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----

-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----

-----António Manuel Morgado Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas. -----

-----**Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:** -----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco; -----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva; -----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Joaquim Pires Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz. -

-----**Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a sua ausência, os seguintes membros:**-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----César Ferrinho de Olival, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Horácio Monteiro Antunes, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa procedeu à abertura de um

período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** apresentou um voto de pesar em homenagem ao Senhor Joaquim Patrocínio Tavares, da freguesia de Açores. De seguida, apresentou também um voto de pesar em honra do Senhor José Bernardo, da freguesia do Fornotelheiro. Por fim, apresentou um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria dos Anjos Rego Veloso, mãe do Senhor António Veloso, Deputado desta Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** começou por dizer que a bancada parlamentar do PSD manifesta apoio aos votos de pesar apresentados. De seguida, desejou a todos os presentes votos de Boas Festas e um próspero Ano de 2013.-----

-----De seguida e referindo-se à criação do Conselho Municipal da Juventude, disse que o mesmo surgiu de uma proposta subscrita pela Deputada Municipal do PS, Ana Isabel Lopes Correia, na Assembleia Municipal de 28/12/2012. Posteriormente, na Assembleia Municipal de 25/2/2011 foi aprovado o Regulamento do Conselho Municipal da Juventude, sendo que, nessa mesma sessão, o Senhor Deputado José Albano havia dito o seguinte: *“Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude disse que deverá entrar em funcionamento, longe de quezílias políticas... Felicitou a iniciativa do Executivo e fez votos para que este Conselho entre em funções com a maior brevidade possível”*, o certo é que até à data de hoje, não reuniu uma única vez e a bancada do PS nunca se fez representar, questionando o porquê desta situação. -----

-----Congratulou-se com o facto de o Conselho Municipal de Segurança e Conselho Municipal de Educação, serem dois órgãos que se encontram em pleno funcionamento. -----

-----O Senhor **Deputado António Veloso** referindo-se às avaliações que as finanças têm vindo a efetuar sobre os imóveis, referiu que os valores duplicaram e como tal, apelou ao Executivo para que reduza as taxas de IMI, ajudando as famílias do concelho de Celorico da Beira, à semelhança do que tem sido feito noutros concelhos.-----

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os presentes. Referindo-se ao Conselho Municipal da Juventude esclareceu que houve apenas a reunião de tomada de posse. Lamenta que os jovens que foram eleitos para este órgão não queiram participar, acrescentando que, se não têm disponibilidade se façam substituir.-----

-----Sobre as taxas de IMI disse que foram votadas pelo valor máximo, pelo facto de a autarquia estar a recorrer ao PAEL, como já havia sido referido anteriormente.-----

-----Por fim, apresentou também um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Filipe Sequeira, da freguesia da Mesquitela.-----

-----De seguida, a Senhora **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de que a Senhora Presidente da Assembleia da República informou de que a UTRAT apresentou a 4/12/2012, à Assembleia da República as Propostas de Reorganização Administrativa do Território. Informou que a proposta relativamente ao Município de Celorico da Beira foi a seguinte: manter as freguesias de Fornotelheiro; Minhocal; Maçal do Chão; Baraçal; Ratoeira; Lageosa do Mondego; Vale de Azares; Prados; Linhares da Beira; Mesquitela; Carrapichana e Casas de Soeiro (que passa a rural). Foi também decidido agregar as freguesias: Açores e Velosa; Rapa

e Cadafaz; Cortiçô da Serra, Vide-Entre-Vinhas e Salgueirais; São Pedro, Santa Maria e Vila Boa do Mondego.-----

-----Informou que conforme solicitado pela bancada do MAJUSP, foi enviado a esta Assembleia, pela Administração da EMCEL, o Relatório Final do processo da troca de ILT (rótulo do queijo). Também por solicitação da bancada do MAJUSP, foi pedido ao Tribunal da Relação de Coimbra, emissão de certidão das declarações prestadas pela testemunha António Manuel Ferreira, relativas ao processo n.º 96/11.0TAGRD.C1. Informou o Tribunal da Relação que a certidão em causa deverá ser pedida no Tribunal de 1.ª instância (Guarda), após a baixa dos autos.-----

-----Deu também conhecimento e conforme solicitado pelo Senhor Deputado Armando Neves, na Assembleia Municipal de 28/9/2012, do valor apurado com as receitas e despesas do Festival Andanças e Danças na Água e respetiva participação.-----

-----Por fim, disse que tendo em conta a situação de extrema debilidade crescente do Interior, a Comissão Permanente solicita a esta Assembleia a intervenção junto do Executivo, no sentido de promover debates públicos subordinados ao tema “O Interior e o seu Futuro”, envolvendo os autarcas do Interior, com especial incidência nos autarcas do distrito da Guarda e onde participassem convidados de competência reconhecida.-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** depois de terem sido aceites por unanimidade os votos de pesar, deu cumprimento a um minuto de silêncio, por parte de todos os presentes, em memória do Senhor Joaquim Patrocínio Tavares. De seguida igual manifestação foi feita em memória do Senhor José Bernardo. Foi também dado cumprimento a um minuto de silêncio, em memória da Senhora Maria dos Anjos Rego Veloso.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia propôs que fossem incluídos na Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2013;**-----

-----**AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS;**-----

-----**ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M. – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013;**-----

-----**CONTRATO PROGRAMA DA EMCEL.**-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções, aprovar a inclusão das Taxas de Publicidade para o ano de 2013, na Ordem do Dia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 abstenções, aprovar a inclusão da Avaliação de Imóveis, na Ordem do Dia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a inclusão do Orçamento da Empresa Municipal Celoricense, E.M. – Exercício Económico de 2013 e Contrato Programa da EMCEL, na Ordem do Dia.-----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra, aprovar a alteração à Ordem de Trabalhos.-----

-----Passando a ordem de trabalhos a ser a seguinte:-----

-----1. **APROVAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/9/2012 E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 3/10/2012;**-----

-----2. **RESUMO DE EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA;**-----

- 3. REFORMULAÇÃO DO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO; -----
- 4. ORÇAMENTO, GOP'S E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013; -----
- 5. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2012; -----
- 6. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO; -----
- 7. PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DIRIGENTES – ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO; -----
- 8. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS; -----
- 9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO SOLIDÁRIO; -----
- 10. TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2013; -----
- 11. AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS; -----
- 12. ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M. – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013; -----
- 13. CONTRATO PROGRAMA DA EMCEL. -----

-----1. APROVAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 28/9/2012 E DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 3/10/2012 -----

-----Foi presente a ata n.º 5, referente à sessão ordinária do dia 28/9/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com 11 abstenções. -----

-----Foi presente a ata n.º 6, referente à sessão extraordinária do dia 3/10/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com 7 abstenções.-----

-----**2. RESUMO DE EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/9/2012**-----

-----Após apreciar os pedidos e tendo os mesmos sido apresentados nos prazos estabelecidos, a Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Senhores Deputados: -----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----António Júlio da Silva Veiga Simão;-----

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----

-----Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves;-----

-----Isabel Cristina Lopes de Andrade;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Horácio Monteiro Antunes.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/9/2012**-----

-----Ricardo Jorge Patrício Martins;-----

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques.-----

-----**FALTAS INJUSTIFICADAS – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 3/10/2012**-----

-----Diana Patrícia Duarte Seco;-----

-----Vera Lúcia Proença Henriques;-----

-----Diogo Afonso de Belford Cerqueira Pereira Henriques;-----

-----Ricardo Jorge Patrício Martins;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----
-----Daniel Cadete Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal
do Chão.-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----A Senhora **Presidente da Assembleia** deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, cuja listagem se anexa (**anexo I**), que se encontra na secção de atas, para quem pretenda consultar. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** pretendeu saber se existe informação adicional no que concerne às despesas de honorários, relativa à proteção jurídica do Senhor Vereador António Silva no processo 96/11.OTAGR, ou se já foi emitida a respetiva nota de crédito, ao que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu não lhe ter sido entregue informação adicional relativa a este assunto.-----

-----O Senhor **Deputado Horácio Antunes** referindo-se à Reorganização Administrativa do Território, lamenta o facto de as freguesias de Velosa e Vila Boa do Mondego terem sido extintas. Disse que apesar de serem plenários, representaram o poder local durante muitos anos e de forma honrosa.-----

-----**3. REFORMULAÇÃO DO PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**-----

-----Nos termos da Lei, foi presente Reformulação do Plano de Reequilíbrio Financeiro, conforme as recomendações da Comissão de Análise, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 7/12/2012, que fica a fazer parte integrante desta ata (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por dizer que com a candidatura ao PAEL, o Município de Celorico da Beira, procedeu a diversas diligências. Informou que quando os dados foram retirados pela DGAL, a autarquia tinha um montante elevado de faturas em conferência, ou seja, cerca de 2 milhões de euros, ao aperceberam-se da operação da DGAL, marcaram uma reunião para informar que para além dos valores que foram retirados existia este montante de faturas em conferência, tendo ficado acordado que o SIIAL seria aberto para a autarquia corrigir e adequar os valores à realidade.-----

-----Em agosto, saiu a portaria que regulamenta o PAEL e o Executivo e os consultores trabalharam o plano de ajustamento financeiro, tendo por base o valor efetivamente em dívida à data de 31/3/2012. Mais tarde, a DGAL comunica que o valor apurado era de 5 milhões e não os 7 milhões, sendo que, o Executivo sempre esperou que essa situação fosse corrigida. Nessa altura, o Senhor Vereador deslocou-se à DGAL onde lhe foi dito que a plataforma SIIAL só tinha sido aberta para efeitos estatísticos, não tendo em conta os 2 milhões, de faturas em conferência, que efetivamente, estavam registados na contabilidade. Nesta sequência, a autarquia apresentou uma contestação, através de um parecer jurídico e o qual se anexa a esta ata (**anexo III**).-----

-----Informou que atualmente os pressupostos do estudo não retratam a realidade considerada em PAEL, logo vai ter que figurar em reequilíbrio, provocando um incremento da despesa corrente, uma vez que a taxa de juro é diferente. Mencionou ainda outra situação que não foi considerada no estudo inicial do PAEL, porque quando o estudo foi realizado, partiu-se do princípio que os subsídios de natal e férias não seriam atribuídos e agora o Orçamento de Estado vem obrigar à reposição de um subsídio em duodécimos. Relativamente a esta questão, a autarquia está salvaguardada porque em 2012 houve uma redução de despesa com o pessoal de 23% e com esta alteração fica nos 16%.-----

-----Referiu que o OE fez alterações nas transferências, os valores que a autarquia vai receber são basicamente iguais, mas na especialização as receitas correntes e receitas de capital diferem. Disse que a autarquia está salvaguardada uma vez que tem muitas candidaturas aprovadas em QREN, com taxas de participação até 85%, caso contrário, ficariam sem qualquer margem de manobra para execução de obras. -----

-----Em conclusão, o empréstimo a contratar no âmbito do Programa I do PAEL será no montante de 5,3 milhões de euros, sendo o montante do reequilíbrio financeiro de 19,5 milhões de euros. Disse ainda, que a DGAL informou que a partir de janeiro haverá um rateio da dívida não incluída no PAEL, situação que não interessa à autarquia porque a dívida está toda registada em PAEL e reequilíbrio. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** pretendeu saber a quantos meses dizem respeito os 2 milhões de faturas em conferência, a que o Senhor Vereador se refere. De seguida, disse que aquando da aprovação deste plano, a autarquia ainda não tinha diligenciado no sentido de consulta às instituições bancárias, pretendendo saber se as taxas de juro apresentadas se baseiam em dados concretos. -----

-----Pretendeu também saber e uma vez que se prevê a redução de pessoal, quais os critérios para efetivar essa redução. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que a contabilidade tem um sistema de registo de faturas, que passa pela confirmação prévia do serviço que lhe diz respeito e enquanto espera confirmação é registada em “Fornecedores – faturas em conferência”, registo permitido pela DGAL. Disse que havia dívidas que necessitavam de parecer jurídico, tal como a da Habitação Social, no valor de 1,3 milhões de euros. Disse que o sistema de contabilidade é aberto e como tal a DGAL, através do Sistema Integrado das Informações das Autarquias Locais (SIIAL) retira a informação contabilística e produz o efeito e tratamento que pretenda. -----

-----Segundo o OE 2013 todas as autarquias terão de reduzir 2% de trabalhadores, o que no caso do Município de Celorico da Beira está salvaguardado pelas aposentações e não renovação de contratos. Relativamente às taxas de juro, existe já uma consulta às instituições bancárias e estão confiantes no que foi referenciado. -----

-----**Nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 27 votos a favor e 10 contra, aprovar o Plano de Reequilíbrio Financeiro Reformulado.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que o seu voto contra é pelas mesmas razões manifestadas, aquando da aprovação do Plano de Reequilíbrio Financeiro. -----

-----Declaração de voto da Senhora **Deputada Isabel Andrade:** -----

-----“Votamos contra a reformulação do plano de reequilíbrio financeiro considerando as reservas já resultantes da declaração de voto desta bancada aquando da votação do plano cuja reestruturação agora se pretende, e que aqui damos por integralmente reproduzidas, acrescentando a estas o facto de, tal como havíamos alertado, e apesar do voto de confiança manifestado pelos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia, resultar evidente a falta de rigor na elaboração do mesmo. Considerando ainda o facto de a proposta aqui votada na passada Assembleia Municipal ter sido recusada pela Comissão de Análise do Ministério das Finanças, havendo por isso necessidade de uma reformulação do dito plano, conduz a maiores dúvidas acerca da execução e viabilidade do mesmo, pelo que só poderá ser este o nosso sentido de voto. -----

-----Pela bancada parlamentar -----

-----PSD/CDS.” -----

-----**4. ORÇAMENTO, GOP'S E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2013**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013, ficando os mesmos apensos a esta ata (**anexo IV**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por informar que o orçamento apresentado tem como base o plano de reequilíbrio financeiro. Referiu que todo o investimento previsto para 2013 é suportado na sua totalidade por projetos já aprovados no âmbito do QREN.-----

-----No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como, também foram calculados os valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular, tais como as vendas de bens e serviços. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Para 2013 o Orçamento de Estado alterou as percentagens de fundos correntes e de capital, pelo que, para o ano de 2013 o Município de Celorico da Beira terá cerca de 1 milhão de euros a mais de transferências correntes do Estado em detrimento de fundos de capital.-----

-----Disse que as rubricas de despesa de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer, bem como, de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar em 2013,

podendo estas rubricas, ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que, a maior parte das despesas são co-financiadas por fundos comunitários, de onde se destacam os seguintes projetos: Requalificação do Mercado Municipal; Beneficiação da EM 16; Parque Industrial da A25; Pista da Pesca Desportiva na Ratoeira; Beneficiação de Caminhos Agrícolas e Plano de comunicação e marketing das Aldeias Históricas.-----

-----Disse que está prevista no Orçamento uma rubrica para apoio ao empreendedorismo de particulares, que visará financiar parcialmente projetos apresentados que promovam o desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego. -----

-----Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o Orçamento a aprovar para 2013 terá em conta essencialmente a despesa efetiva que se prevê realizar nesse ano, de acordo com as receitas disponíveis, o que faz com que o Orçamento tenha um valor de cerca de 11 milhões de euros, em contraste com os 23 milhões de 2012. -----

-----Deu conhecimento de que o subsídio atribuído à EMCEL reduziu cerca de 100 mil euros relativamente ao ano anterior. Felizmente a função económica da EMCEL tem recuperado, mas por outro lado, a função da restauração tem sofrido algumas alterações, realçando as novas regras de faturação, ou seja, a exigência de a partir do dia 1 de janeiro de 2013 ser obrigatório emitir uma fatura em qualquer transmissão de bens ou prestação de serviços, sendo que, esta medida é aplicável a todos os setores de atividade e para isso é necessário adquirir o equipamento informático adequado que custa cerca de 1300€. Na sua opinião, esta nova medida irá levar ao encerramento de 25% dos estabelecimentos comerciais no concelho de Celorico da Beira, não só pelo custo do equipamento, bem como, pela sua utilização, uma vez que as pessoas não têm formação para o seu manuseamento. Disse que os cafés existentes nas freguesias têm um forte cariz social e ao encerrarem darão origem à desertificação acelerada das aldeias do concelho.-----

-----O Senhor **Deputado Rui Casaca** referindo-se ao mapa de pessoal disse que no mesmo constam alguns lapsos, nomeadamente no que diz respeito às atribuições/competências de algumas categorias. -----

-----O Senhor **Deputado Henrique Alves** questionou se o Orçamento de 2013 e os seguintes, não deveriam ser elaborados com base no Plano de Reequilíbrio Financeiro e refletir os montantes nele estipulados, nomeadamente nas tabelas 13 e 14. De seguida, disse que o Orçamento de 2013 apresenta um total de receitas correntes, um total de receitas de capital, um total de receitas global, um total de despesas correntes, um total de despesas de capital e um total de despesas global que não correspondem ao estabelecido no plano de reequilíbrio financeiro. Assim, como não corresponde o saldo a transitar para o ano de 2014 (1.226,48), que apenas transita cerca de metade, pelas contas do Senhor Deputado. ---

-----Verifica também que, ao contrário do que consta do plano de reequilíbrio financeiro, no orçamento para 2013, as receitas correntes são superiores às despesas correntes, o que no mínimo é estranho, pois supostamente, só a partir de 2015, isso seria provável segundo o plano de reequilíbrio financeiro reformulado. Disse que comparando as rubricas das despesas correntes e receitas correntes do plano de reequilíbrio financeiro com o plano de reequilíbrio financeiro reformulado, verifica uma diferença significativa no capítulo das receitas correntes, pois no plano de reequilíbrio financeiro reformulado, em 2015 as receitas correntes já superam as despesas correntes, já no plano de reequilíbrio financeiro só em 2026 é que esse facto acontecia. Ou seja, verifica que irão obter prematuramente muito mais receita corrente, ao mesmo tempo que, a despesa corrente se mantém em ambos os planos de reequilíbrio financeiro. -----

-----Ainda quanto ao orçamento de 2013, verifica que as despesas e as receitas, quer correntes, quer de capital, são superiores às constantes do plano de reequilíbrio financeiro.-----

-----Por último, e ainda em comparação com o plano de reequilíbrio financeiro reformulado, disse que o orçamento para 2013 apresenta receitas correntes do ano de 2015 e despesas correntes do ano de 2019. Disse que gostaria de obter justificação para estas discrepâncias.-----

-----Relativamente à redução do subsídio atribuído à EMCEL, considera que serão cerca de 150 mil euros e não 100 mil como referido pelo Senhor Vereador, no entanto, não entende como é que no próximo ano, a EMCEL irá prestar mais serviços, com um subsídio menor.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares** desejou um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo a todos os presentes. De seguida, pretendeu saber se o valor de 250 euros inscrito na rubrica 02 04050102 – Freguesias, é para investimentos. Pretendeu também saber em que situação se encontra o asfaltamento do Caminho da Revolta e se consta em Orçamento o subsídio a atribuir ao Grupo Desportivo de Vale de Azares.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Júlio Ambrósio** questionou se a estrada de Prados/Linhares da Beira, limite de Videmonte vai ser asfaltada.

-----Em resposta às questões colocadas, o Senhor **Vereador António Silva** disse que as diferenças entre o plano de reequilíbrio e o orçamento prendem-se essencialmente com a atualização de algumas taxas de comparticipação para algumas candidaturas para 85%, o que aumentou a receita prevista em termos de orçamento nas transferências, tanto a nível corrente, como capital. O plano de reequilíbrio teve em conta taxas mais reduzidas.-----

-----Relativamente ao valor inscrito na rubrica “Freguesias”, esclareceu que o mesmo apenas serve para manter as rubricas abertas e que o montante para as Freguesias é de 113 mil euros, para pequenas obras que não representem QREN. Sobre o Caminho Agrícola da Revolta, deu

conhecimento de que o mesmo está em fase de concurso e vai ser adjudicado no mês de janeiro.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que a política faz-se através da aprovação do orçamento, o que neste caso e como se costuma dizer “não bate a bota, com a perdigota”, ou seja, como documento técnico tem erros, é impreciso, revela a incompetência de quem tem dirigido este município na área financeira. O plano de reequilíbrio financeiro foi elaborado, foi apresentado aos Deputados para votação, entretanto teve de ser reformulado, foi necessário produzir um parecer jurídico elaborado por uma sociedade de advogados, tendo-se gasto mais dinheiro. -----

-----Na sua opinião, este orçamento, mesmo partindo da base zero, não é realista, mas sobretudo não tem em conta a parte social. É necessário explicar como unir esforços para minorar a exclusão social e o desemprego. Disse que também gostaria de ouvir por parte do Senhor Presidente da Câmara, quais as estratégias desta autarquia de apoio ao comércio local, uma vez que corre sérios riscos de encerrar e quais os incentivos, para fixação de pessoas no concelho. Na sua opinião, o que este documento deveria refletir era estratégia e não apenas números, o importante é o apoio às pessoas e não fazer estradas e o Parque Industrial, era essa a realidade que deveria estar retratada no orçamento. Referiu que irá votar contra o documento apresentado, porque é o orçamento das “taxas máximas”, que retrata uma falsa realidade, ou seja, como é que vão fazer um Parque Industrial para depois aplicarem derrama na taxa máxima. -----

-----Disse ainda, que Celorico da Beira precisa de uma política de verdade e enquanto cidadão está disponível para apoiar quem se pautar por cessa conduta, em prol de um concelho que olhe pelos seus munícipes.-----

-----O Senhor **Deputado Ricardo Martins** disse que há algum tempo atrás, o Senhor Vereador José Luís Cabral havia dito que o concelho de

Celorico da Beira tinha ganho população nos últimos anos. Pretendeu saber, se existe algum rácio para apurar esses dados. De seguida, agradeceu as palavras de conforto para com os comerciantes e questionou se está previsto algum plano formativo para o comércio local, para manuseamento dos sistemas informáticos, uma vez que estão em curso as novas regras de faturação, com entrada em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2013. Questionou ainda, se existe fixação de empresas para o Parque Industrial e quais os incentivos para que se mantenham no concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** disse que ao longo destes 3 anos as perspetivas são muito poucas e seria “chover no molhado” falar das piscinas municipais, ou da biblioteca municipal. Disse que este Executivo deixou de ter convicções, está sempre a falar no PAEL e no plano de reequilíbrio financeiro, quando o que seria importante era discutir o futuro do Concelho. Relativamente ao Orçamento apresentado, considera que é eleitoralista, sem qualquer tipo de perspetivas para os jovens do concelho. -

-----Questionou qual o empenhamento pessoal do executivo para atrair investimento para o concelho de Celorico da Beira, uma vez que o comércio local não tem qualquer tipo de apoio. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal** lamenta que os Senhores Deputados estejam sempre a criticar e que não apresentem propostas. Na sua opinião, os números refletidos neste orçamento também são importantes. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** cumprimentou todos os presentes. Fazendo referência à área social, deu conhecimento do trabalho que tem sido desenvolvido a nível de transportes, alimentação, espaço solidário, bolsas de estudo, recuperação de escolas, apoio de livros escolares, entre outros. De seguida, sugeriu à bancada do PSD, que

envidem esforços no sentido de trazerem investimento para o concelho de Celorico da Beira, uma vez que atualmente o Governo é PSD.-----

-----Por último e fazendo referência ao orçamento, deu conhecimento de que os Senhores Deputados, bem como, a população teve ao seu dispor um orçamento participativo, tendo participado poucas pessoas. -----

-----**Submetidos a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 9 votos contra, 1 abstenção e 21 votos a favor, aprovar o Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano de 2013.**-----

-----**Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.**-----

-----**5. 2.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2012**-----

-----Foi presente para aprovação a 2.ª Revisão ao Orçamento de 2012, que se anexa a esta ata (**anexo V**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para apresentar este assunto. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a 2.ª revisão ao orçamento de 2012 prende-se essencialmente com a necessidade de se ajustar as dotações orçamentais de algumas rubricas de despesas de capital, incluídas no Plano Plurianual de Investimentos para valores aproximados à real execução dos investimentos durante o ano de 2012. Nesta revisão são também ajustadas algumas dotações relativas a despesas correntes.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos contra, 7 abstenções e 23 votos a favor, aprovar a 2.ª Revisão ao Orçamento do ano de 2012.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**6. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente ata (**anexo VI**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por prestar uma homenagem à Dr.ª Ana Manso, ex-Presidente da Unidade Local de Saúde da Guarda, pelo trabalho que desenvolveu e pela disponibilidade que sempre mostrou em receber a Câmara Municipal de Celorico da Beira.-----

-----Conforme solicitado nas últimas Assembleias Municipais, deu conhecimento de que o custo direto médio de uma sessão da Assembleia Municipal é de 2.630,96€. Os custos indiretos estimados dizem respeito a eletricidade (4,48€), já que as horas extras das funcionárias não são pagas, gozando as respetivas horas. Relativamente à participação de 5% do IRS que vem para o Município, disse que é contabilizada como receita corrente normal e o valor é utilizado para pagar várias despesas correntes do Município, não sendo aplicado em nenhum tipo de despesa específica.-----

-----Fazendo referência à informação escrita destacou: reunião com a Ascendi, Estradas de Portugal, sobre o estudo da passagem das infraestruturas sob a passagem superior e acesso da A25, bem como, Requalificação das Rotundas A25/IP2/EN102 e EN 17; reunião com a Dr.ª Isabel Damasceno – CCDRC, para análise das candidaturas apresentadas ao Mais Centro (Comurbeiras); reunião com a Santa Casa da Misericórdia de Linhares da Beira, em relação à elaboração do projeto do Lar de Idosos,

louvando as Instituições de Solidariedade Social, bem como, os Técnicos da Câmara Municipal, pelo trabalho que têm desenvolvido; reunião com EDP Solidária, relativamente a candidatura e receção de material e equipamento para as IPSS's, Associações, etc.; reunião com a empresa Abrantina, relativamente à Biblioteca Municipal; reunião com a IPSS de Açores – Associação de Cultura, Desporto e Melhoramentos da Freguesia de Açores, relativamente à adjudicação da obra do Lar de Idosos; reunião com os arrendatários das lojas do mercado e reunião com a empresa Soares da Costa.-----

-----Na área social, destacou o atendimento e encaminhamento de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; a receção e análise dos processos candidatos à Bolsa de Estudo para o ano letivo de 2012/2013; deu conhecimento de que no âmbito da Rede Social organizou-se o “VI Encontro de Gerações”, nos dias 30 de setembro e 1 de outubro, para todas as IPSS do concelho; a organização do evento, no âmbito do “Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações”, com o tema “Envelhecer Hoje”. Deu também conhecimento de que houve oficinas de Estimulação Sensorial para idosos e *Workshop* para os colaboradores das IPSS. Destacou o encaminhamento de utentes para o Complemento Solidário para Idosos; Rendimento Social de Inserção e outras prestações sociais; organização e acompanhamento dos agregados familiares que se encontravam no processo de realojamento das habitações pré-fabricadas para a nova habitação e ainda no âmbito da candidatura à 7.ª Edição da Operação Tampinhas LIPOR, foi entregue ao Município de Celorico da Beira, em Ato Oficial nas instalações da Empresa Lipor, o Certificado de entrega de Equipamento (Cama Articulada), que irá ser cedida aos munícipes que dela necessitem. -----

-----De seguida, felicitou a Eng.ª Teresa Cardoso, bem como, a Secção de Agricultura, Florestas e Espaços Verdes, pelo excelente trabalho que têm desenvolvido, tal como a realização de exercício de Proteção Civil Livex para testar a resposta dos agentes de proteção civil em caso de acidente

ferroviário na Linha da Beira Alta, na qual participaram a Refer, CP, Escuteiros, Bombeiros e GNR. Deu conhecimentos que se encontram abertas as seguintes candidaturas: Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER): Subação 2.3.3.1 – Promoção ambiental dos espaços Florestais (Gestão das Galerias Ripícolas, que permite efetuar a limpeza das margens das linhas de água aproximadamente 10m para cada lado) e a Subação 2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios (Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível – A rede primária é constituída por faixas de redução de combustíveis, com o mínimo de 125m de largura, que visam garantir condições favoráveis para diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo uma intervenção direta de combate. Deu conhecimento de que estas ações são financiadas a 100% e que já foi enviada para as Juntas de Freguesia a cartografia com a implementação da rede primária e das galerias ripícolas de cada freguesia, acrescentando que a Eng.^a Teresa Cardoso está disponível para auxiliar as Juntas de Freguesia neste processo. -----

-----Relativamente ao comércio local, disse que já havia sido distribuído aos Deputados Municipais um projeto para a Reabilitação do Comércio Local e que até à data ainda ninguém apresentou propostas.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** prestou, em nome das Associações Juvenis da Guarda, um agradecimento à Câmara Municipal de Celorico da Beira, uma vez que colaborou no transporte dos jovens do Distrito da Guarda, para o 12.º Encontro Nacional, que decorreu em Braga. Deu conhecimento de que na sequência dessa colaboração, em que a Federação teve bastante representatividade, pretendem realizar em fevereiro, um fórum no Distrito da Guarda, para jovens que pretendam realizar estágios profissionais no estrangeiro. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal** referindo-se à Requalificação da Praça da República, alertou para o facto de os

veículos que estão estacionados não ficarem em segurança, uma vez que as portas dos mesmos abrem para a estrada, podendo assim, dar origem a acidentes. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que essa situação foi devidamente acautelada pelo Arquiteto Ivo, responsável pela elaboração do projeto, a quem deu os parabéns pelo trabalho que tem desenvolvido nesta área. Acrescentou ainda, que irão ser colocadas duas passagens de peões sobrelevadas, antes e depois dos Bombeiros Voluntários, o que vai obrigar a que os condutores tenham que reduzir a velocidade. -----

-----O Senhor **Deputado António Fonseca** reconhece que na área da ação social este executivo tem feito um trabalho excelente, lamentando que não o faça também noutras áreas. Disse que no dia 1/1/2013 muitos dos comércioos no concelho de Celorico da Beira vão encerrar e não há criação de postos de trabalho, apenas obras e inaugurações, o que na sua opinião, neste momento não é prioritário.-----

-----**7. PROPOSTA DE MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DIRIGENTES – ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta ata (**anexo VII**), informando de que na reunião ordinária realizada a 21/11/2012, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, a manutenção do abono das despesas de representação, à Chefe de Divisão que se encontra atualmente em funções, nos termos do n.º 2, do art.º 24.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que com a entrada em vigor da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, é necessário mais um procedimento

administrativo no que diz respeito à manutenção do abono das despesas de representação à Chefe de Divisão. -----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** colocou as seguintes questões: Quantos Chefes de Divisão existem neste momento na autarquia? Qual o seu vencimento? Os Chefes de Divisão são nomeados, ou é através de concurso? É possível manter a Chefia de Divisão, não aprovando estas despesas, evitando assim, onerar os cofres da autarquia?

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a Chefia de Divisão sempre teve direito a estes valores e que neste caso é um procedimento meramente administrativo, devido a uma alteração da Lei. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**---

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**8. PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal e que fica apensa a esta ata (**anexo VIII**), informando de que na reunião ordinária realizada a 7/12/2012, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, adequar as estruturas orgânicas do Município aos limites impostos por lei e aprovar a reorganização dos Serviços Municipais, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2013.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que de acordo com a Lei, devem os Municípios adequar as suas estruturas orgânicas, às regras e critérios previstos até 31 de dezembro de 2012. Referiu que no caso do Município de Celorico da Beira, deve-se reduzir a estrutura organizacional de quatro, para duas Divisões, de acordo com a legislação.-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Deputado Armando Neves** considera desajustada a criação de vários gabinetes técnicos, que dependem diretamente do Presidente da Câmara, devendo os mesmos estarem integrados em unidades orgânicas, referência que já havia feito aquando da aprovação da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.-----

-----Pretendeu saber se existe ou não, a intenção de ocuparem os dois lugares de Chefias Intermédias. Disse ainda, que a proposta apresentada não reflete o quadro de pessoal existente na Câmara Municipal, nem as suas necessidades, considerando que vão aprovar um organigrama que não irá ser exequível.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que a Câmara Municipal de Celorico da Beira poderia ter uma Chefia de Divisão, no entanto, esta autarquia encontra-se em reequilíbrio financeiro e por uma questão de gestão de recursos financeiros, o Executivo decidiu suspender a comissão de serviço da Chefia de Divisão. Disse que a autarquia possui um efetivo de funcionários com competências e formação adequada, para desempenhar funções de coordenação. Referiu que não havendo chefias, os técnicos superiores terão de ser responsabilizados de acordo com as suas funções.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto contra e 9 abstenções, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DO ESPAÇO SOLIDÁRIO**-----

-----Foi presente Regulamento Municipal de Funcionamento do Espaço Solidário do Concelho de Celorico da Beira, que se anexa a esta ata (**anexo IX**), para apreciação e aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que este já era um apoio que a autarquia disponibilizava às famílias carenciadas, através da doação de vestuário, material escolar, ajuda nos transportes, entre outros, mas com a atual situação económica houve uma emergência de casos, para os quais terá que haver uma abordagem adequada.-----

-----Referiu que, no fundo este Espaço Solidário é uma continuidade do que tem sido feito, mas com regras. Este regulamento é um conjunto de normas que irá tipificar a forma como irá ser feita esta ajuda, contando com o apoio de particulares, empresas e instituições públicas que pretendam deixar o seu contributo. Disse que, simultaneamente existe também uma loja no Bairro de Santa Luzia onde está armazenado mobiliário e eletrodomésticos, para serem distribuídos pelas famílias carenciadas.-----

-----Por fim, felicitou o Gabinete de Desporto pelo trabalho que têm desenvolvido e pelos resultados que têm obtido, nas diversas modalidades.

-----O Senhor **Deputado Nuno Nascimento** agradeceu à Câmara Municipal todo o apoio que tem prestado na área do Desporto, em especial às escolinhas de Futsal.-----

-----De seguida, agradeceu também ao Executivo o apoio prestado na organização do colóquio sobre o “Tabagismo”.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Funcionamento do Espaço Solidário do Concelho de Celorico da Beira.**-----

-----*Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**10. TAXAS DE PUBLICIDADE PARA O ANO DE 2013**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara que se anexa a esta ata (**anexo X**), para apreciação e aprovação.-----

-----**Relativamente ao licenciamento/renovação de publicidade, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar que se aplique apenas o artigo 104.º, do Capítulo V, do regulamento e tabelas de taxas do município de Celorico da Beira, ficando sem efeito para o ano de 2013, a aplicação do artigo 106.º, do mesmo capítulo, com exceção dos painéis não luminosos (outdoors), cuja aplicação de taxas se mantém.**

-----*Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta.*-----

-----**11. AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente uma proposta da Câmara Municipal, informando de que na reunião ordinária realizada a 19/12/2012, foi deliberado propor à Assembleia Municipal, que solicite a reavaliação dos bens imóveis constantes da lista em anexo (**anexo XI**), por considerarem que existem imóveis sobrevalorizados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** considera que os valores apresentados estão sobrevalorizados, sendo que, na sua opinião deveria ser solicitada uma reavaliação dos bens imóveis apresentados, conforme proposta do Executivo.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Armando Neves** começou por dizer que os valores usados para a valorização do património da autarquia, são os mesmos que são usados na valorização do património dos munícipes, considerando a valorização que tem sido efetuada exagerada, face à realidade do Município. Acrescentou que o Senhor Vereador António Silva,

aquando da aprovação das taxas de IMI, havia dito que as mesmas poderiam sofrer alterações, ou adaptações, mas o facto é que nada aconteceu.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que aquando da aprovação da Prestação de Contas de 2011 havia uma recomendação do ROC, no sentido de que o património procedesse à avaliação dos bens imóveis sem valor patrimonial. Foi também deliberado em reunião de Executivo, constituir uma comissão para avaliar os bens patrimoniais, que constam do sistema de inventário e cadastro patrimonial, sem qualquer valor patrimonial. Relativamente à lista de bens apresentada, deu conhecimento de que esta avaliação foi efetuada pelo Serviço de Finanças, sendo esta avaliação baseada na aplicação do sistema de avaliação previstos no CIMI.-----

-----Na sua opinião, deveria ser solicitada uma reavaliação dos bens imóveis apresentados, por considerar que existem imóveis sobrevalorizados, embora a autarquia não pague imposto sobre estes bens, tem outras implicações financeiras, nomeadamente nas amortizações do exercício.-----

-----O Senhor **Deputado Rui Casaca** considera que a Assembleia Municipal não deveria ter qualquer interferência na aprovação destes valores, uma vez que os mesmos foram atribuídos pelo Serviço de Finanças.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** continuou dizendo que a autarquia não transferiu qualquer património para as AdZC e que essa situação irá resultar num processo em Tribunal. Disse que a autarquia herdou um contrato com as AdZC, que tinha prevista a utilização de um conjunto de património e como contrapartida, o pagamento de uma renda à Câmara Municipal, situação que este executivo nunca aceitou, por não

concordar com a valorização das infraestruturas e respetiva renda. Deu conhecimento de que existem algumas infraestruturas que não foram incluídas neste contrato, como por exemplo as captações de Santo António, bem como, algumas das condutas de águas, tendo as AdZC proposto um pagamento mensal de 1.767€, pela utilização destes equipamentos. Deu conhecimento de que em reunião de câmara de 7/12/2012, foi deliberado constituir uma comissão de peritagem, para avaliação das infraestruturas do Município de Celorico da Beira, para posterior negociação com as Águas do Zêzere e Côa.-----

-----O Senhor **Deputado Armando Neves** disse que a Assembleia Municipal deveria, junto da Autoridade Tributária e Aduaneira, mostrar a sua indignação relativamente ao valor destas avaliações. -----

-----Relativamente aos lotes de terreno da zona industrial, o Senhor **Deputado António Fonseca** pretendeu saber, caso os mesmos sejam cedidos, ou vendidos, se o valor patrimonial atribuído é imputado à empresa. -----

-----A Senhora **Deputada Isabel Andrade** disse que a proposta do Executivo é no sentido de solicitarem uma reavaliação dos bens imóveis constantes da lista apresentada, uma vez que os mesmos estão sobrevalorizados, no entanto, considera que a questão do Senhor Deputado António Fonseca é pertinente, até porque, mesmo que o lote de terreno seja adquirido por um valor simbólico, para efeitos tributários é considerado o valor patrimonial.-----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**12. ORÇAMENTO DA EMPRESA MUNICIPAL CELORICENSE, E.M.**
- EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2013 -----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente Orçamento da Empresa Municipal Celoricense, E.M., relativo ao exercício económico de 2013 e que se anexa a esta ata (**anexo XII**). -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**13. CONTRATO PROGRAMA DA EMCEL** -----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente Contrato Programa celebrado entre o Município de Celorico da Beira e a Empresa Municipal Celoricense, que se anexa a esta ata (**anexo XIII**). -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, não tendo havido inscrições. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram 1h, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----